

# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • Publicação Bimestral • 150\$ • Jan./Fev. 97 • N.º 28

## COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

# FORTE EXPRESSÃO DE UNIDADE E COESÃO

PágS. CENTRAIS

### EDITORIAL

#### 31 de Janeiro

**A**s comemorações do 31 de Janeiro, amplamente participadas e nacionais, constituiram uma forte expressão da influência da ANS e da unidade e coesão da classe.

Constituiram, também, um momento de afirmação e alerta para um vasto conjunto de problemas técnico-profissionais que necessitam de resolução.

Em Chaves, Vila Real, Lamego, Viseu, Évora, Porto, Entroncamento, Lisboa, Ponta Delgada e na Ilha Terceira, num vasto conjunto de unidades dos três ramos das Forças Armadas a classe, os sargentos, a sua Associação comemoraram o 31 de Janeiro e, a exigência de dignidade e dignificação, de participação e consulta, impôs-se.

A revisão do Art.º 31 da LDNFA, Carreiras, NSR, Funções e outros aspectos, são partes de um todo que tem de manter mobilizados os sargentos.

Assim foi e tem sido.  
Assim será!



### Revisão da Lei de Programação Militar

Pág. 2

### Memorando enviado ao MDN

Na sequência da audiência do NDN à ANS

Pág. 3



# Revisão da Lei de Programação Militar (LPM)

O Governo apresentou à Assembleia da República uma proposta de Lei — 69/VII — de Revisão da 2ª Lei de Programação Militar (LPM), que define o plano do investimento nas Forças Armadas, em infraestruturas e equipamentos, para o ano de 1997.

A Assembleia da República irá pronunciar-se sobre programas respeitantes aos três ramos das FFAA, ao EMGFA e ao Ministério da Defesa, no valor de 62 milhões 303 mil contos, 40% do total dos 158 milhões 318 mil contos aprovados pela 2ª LPM para o quinquénio.

A 2ª LPM, recorde-se, foi aprovada em 31 de Agosto de 1993, tendo a sua primeira revisão, para vigorar nos anos de 1995/96, não se efectuado,

## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA ANS

### Apelo

Camarada, apesar de a luta pelo reconhecimento da nossa Associação já estar numa fase avançada, não deves delegar nos seus dirigentes essa tarefa que também é tua, como também não será suficientemente forte para conseguir aqueles objectivos se não conseguirmos de ti alguma participação.

dada por variadíssimas formas, das quais podemos destacar:

- divulgando as nossas iniciativas;
- facilitando contactos de forma que a ANS chegue até ao local onde estás;
- escrevendo artigos para o nosso jornal;
- angariando novos sócios.

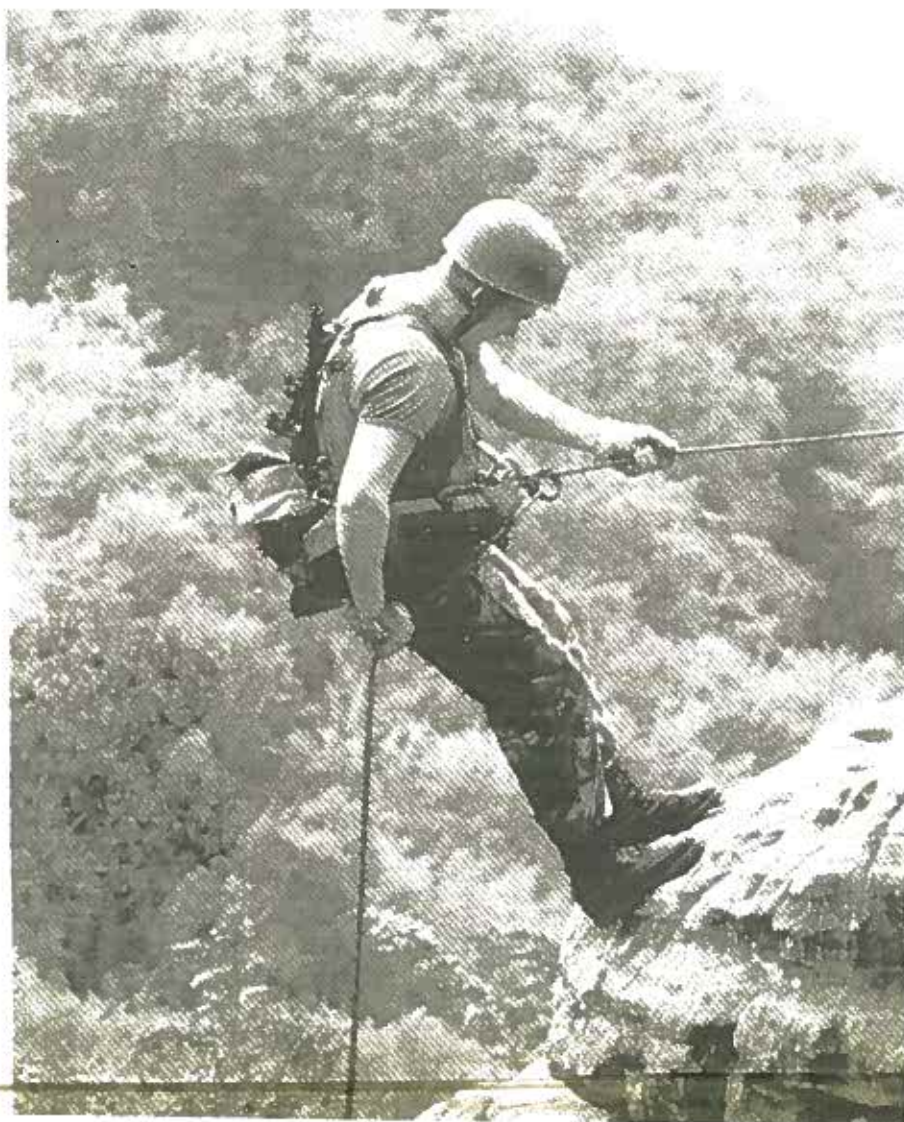
Sem querermos ser exaustivos, pois tu também terás as tuas ideias e iniciativas, não podemos esquecer a componente financeira para a qual podemos contribuir actualizando o pagamento das quotas em atraso, pois continuamos com dificuldades na cobrança daquelas, facilitando o seu pagamento através de conta bancária.

Para todas as tuas interrogações e dúvidas a nossa disponibilidade é permanente. Teremos todo o prazer em que nos contactes, contribuindo com esses teu gesto para o engrandecimento da NOSSA ANS.

#### NÃO HESITES. CONTACTA-NOS!

O nosso número de fax é:

— 815 49 58,  
e o número do telefone:  
— 815 49 66.



surgindo a presente proposta de revisão com atraso, dado que a vigência da mesma se reporta ao ano de 1997.

Até ao fim de 1996, da 2ª PLM foram executados 54 milhões e 7 mil contos, que representaram 45% do total. A Força Aérea executou 83% do financiamento, enquanto o Exército se ficou pelos 38% das verbas atribuídas.

Segundo o Relatório e Parecer da Comissão de Defesa Nacional (órgão da Assembleia da República) "é de concluir que não será fácil executar em 1997 o montante de 62,303 milhões de contos, apesar de muitos programas já se encontrarem em fase de concretização e de as chefias dos ramos das FFAA avaliarem como possível a sua execução".

De salientar que, o montante de 62,303 m.c. resulta da soma de duas parcelas. Uma, de 42,303 m.c., representa os saldos acumulados desde o início de aplicação da 2ª LPM até 31 de Dezembro de 1996. A outra, é a quota parte do quinquénio relativa ao ano de 1997, a qual, já de si, foi reduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 1997.

Este valor — de 62,303 m.c. — contudo, é considerado por analistas e pelos deputados Cardoso Ferreira (PSD) e João Amaral (PCP) como "irrealista", por uma proposta do governo que não é mais do que uma "operação de contabilidade em que se pede às Forças Armadas que façam exercícios de execução que são impossíveis", ou um "truque contabilístico de apropriação de saldos" (in Diário de Notícias, de 5 de Março).

De facto, se os saldos acumulados no período 93/96 (42,303 m.c.) não forem aplicados até ao final de 1997,

não poderão ser utilizados em anos seguintes, o que, segundo alguns analistas, "visa apenas permitir ao Governo a diminuição do défice do Orçamento" (DN, 5/3/97).

A confirmar esta análise está a afirmação do ministro António Vitorino, na Assembleia da República, em 5 de Março, que "as FFAA não terão possibilidade de gastar até ao final do ano os 62 milhões de contos" (...) e, "o remanescente reverterá para os cofres do Ministério das Finanças" (in Público, de 6/3/97).

### Programas

O investimento proposto pelo Governo distribui-se por 71 programas: 4 nos serviços centrais do MD (6,7 m.c.), 2 no EMGFA (2,26 m.c.), 12 na Marinha (16,168 m.c.), 42 no Exército (29,986 m.c.) e 11 na Força Aérea (7,169 m.c.). Destacamos os seguintes:

#### • EMGFA

O Sistema Integrado de Comunicações (SICOM), que abrangerá todo o território nacional e integrará Portugal no Sistema Territorial de Transmissões da NATO, a concluir até ao ano 2003.

#### • Marinha

A Manutenção da Capacidade Submarina, com encargos de 45 milhões de contos até ao ano 2003 e previsão da continuação do programa até 2009, que aguarda decisão sobre alternativa entre submarinos novos ou usados.

O reequipamento dos Fuzileiros, com o nome de Manutenção da Capacidade de Projectão de Força, o qual visa assegurar às unidades de fuzileiros adequada capacidade de combate, transporte

anfíbio e desembarque, cujo programa dispõe de 1,100 m. c. para 1997, prevendo-se a continuação de encargos de cerca de 20 m.c. até 2002.

Nalguns programas existem referências a reduções de pessoal sem todavia, existir informação sobre qual o destino que lhe vai ser dado. Existe, legitimamente, preocupações entre os sargentos, o que impõe um esclarecimento urgente.

#### • Exército

O Levantamento do 1.º Grupo de Aviação do Exército, com a aquisição de dois esquadrões de helicópteros médios "multi-rol", no montante de 1,382 m.c., com continuação em futuro programa até ao ano 2003.

Complementar o Levantamento da bateria de artilharia antiaérea da BMI, com o objectivo de formar dois pelotões de mísseis portáteis e sistemas de sensores e de comando de controlo, que visa capacitar e modernizar a Brigada Mecanizada Independente, com um montante de 3,508 m.c., e com continuidade na 3ª LPM.

Levantar a Bateria de Artilharia da BAI, com o objectivo de levantar três pelotões de mísseis portáteis, de modo a dotar a BAI de meios adequados às suas missões, no montante de 5,381 m.c., a continuar na 3ª LPM.

#### • Força Aérea

O Mid-Life Update (MLU), sub-programa do programa denominado Capacidade de Defesa Aérea, com o objectivo de dotar a esquadra de aviões F-16 de novos meios de defesa aérea, no montante de 1,800 m.c., a prosseguir até ao ano de 2003 num total de custos que ultrapassa os 25 m.c..

### Burocracia

As dificuldades burocráticas, associadas aos trâmites legais existentes, não facilitam a concretização dos programas.

O CEMGFA, almirante Fuzeta da Ponte, disse ao DN que "o circuito burocrático, dos ramos, do Ministério da Defesa e da legislação em vigor" é um dos factores que condiciona a execução dos programas.

É certo que se impõe estudar formas de simplificar os processos, sendo certo, também, que se devem adoptar medidas de controlo e verificação da execução orçamental e da concretização dos programas.

Esta questão da execução dos programas e da desburocratização levantam outras questões, também de fundo.

Neste contexto, merece atenção a entrevista do CEM da Força Aérea, general Aleixo Corbal, ao DN de 10/3/97, para quem "o orçamento (da defesa) será escasso para a actual arquitectura do sistema de defesa", acrescentando que, "com uma arquitectura diferente e com um sistema mais racionalizado, este quarto de bilião de contos, que provavelmente é o limite daquilo que o país pode gastar na defesa, permitiria ter umas Forças Armadas com grande prontidão".

E, salientou, "a partilha do orçamento corresponde, naturalmente, agora, a uma determinada arquitectura do sistema de defesa, e não poderá ser muito diferente enquanto essa arquitectura se mantiver", tendo acrescentado que preconiza "uma reestruturação profunda".

Resta saber, afinal, que reestruturação?

## O SARGENTO

**Propriedade:** Associação Nacional de Sargentos  
**Administração e Redacção:** Rua Barão de Sabrosa, 91 - 1.º Esq. 1900 Lisboa  
Tel. 815 49 66 - Fax: 815 49 58  
**Produção, Apoio redactorial, Grafismo e Paginação:** António Amaral  
Tel/Fax: 273 19 91  
**Fotolito e Impressão:** Heska Portuguesa  
Tiragem: 3 500 ex.  
**Depósito Legal:** 48582/91  
**Registo na DGCS:** 115109



# Memorando enviado ao MDN

**N**a sequência das conclusões da audiência que o sr. ministro da Defesa Nacional concedeu à ANS no dia 10 de Janeiro, e conforme o acordado, a Associação enviou, uma semana depois, ao MDN um documento, no qual, para além das razões que no entender da ANS foram geradoras das discrepâncias, injustiças e disfunções provocadas pela aplicação do NSR, se apresenta uma proposta de resolução intercalar tendente a corrigir as desigualdades provocadas pelo DL 80/95.

Desigualdades que têm gerado um clima de enorme instabilidade no seio da classe de sargentos e que a demora da sua resolução tem vindo a agravar. O descontentamento, insatisfação e revolta provocados é de tal monta que toda e qualquer provocação, e algumas têm ocorrido — vidé "manifesto" — poderá incendiar o clima de diálogo e serenidade necessários para o encontrar da solução justa e equilibrada que resolva tão gritante injustiça.

A ANS, assumindo as suas responsabilidades com espírito de abertura, crenças na via de diálogo, mas com firmeza, responsabilidade e serenidade de sempre, cumpriu (ao enviar o memorando que a seguir se publica) com o primeiro passo do acordado na referida audiência.

## 1. DL 57/90 — Seus Objectivos

O preâmbulo do DL 57/90 refere, a determinado passo: *"a principal inovação do regime retributivo que agora se aprova — da mesma forma, aliás, que para os funcionários civis e todos os outros corpos especiais — consiste na possibilidade de progressão de vencimentos, independentemente de promoção ao posto imediato. O desdobramento que assim se opera entre expectativas económicas e de carreira permite melhores condições para a gestão de pessoal e quadros nas Forças Armadas..."*

Com isto, queria o legislador dizer bloqueamento no desenvolvimento das car-



reiras através de mecanismos implementados no Estatuto dos Militares das FFAA.

Pretendia-se, então, através da progressão horizontal permitida com o sistema dos escalões, compensar a permanência no posto face ao estrangulamento das carreiras.

Este o primeiro grande objectivo do NSR.

Paralelamente, pretendeu o legislador alargar o leque salarial na Função Pública, isto é, fazer disparar em termos salariais as categorias cimeiras da administração pública, no caso em apreço e relativamente aos militares, os oficiais superiores e generais.

Este o segundo grande objectivo.

## 2. Causas das distorções

A integração no novo sistema processou-se de acordo com o art.º 20.º, o que implicou uma proporção matemática tendo em conta o valor do vencimento base mais as disfuncionalidades acrescidas de 12% (valor definido como aumento da Função Pública para o ano de

1990), mais os suplementos a que eventualmente cada militar tivesse direito, tudo isto a dividir pelo valor monetário fixado para o índice 100 (índice de referência).

Ora, como é óbvio, se a integração supunha uma proporção, implicava que a escala indicária se desenvolvesse proporcionalmente, o que não veio a acontecer. Isto, porque para alcançar o segundo grande objectivo (apontado no ponto 1) o legislador, por razões meramente de ordem economicista, comprimiu a escala indicária nos índices correspondentes aos postos de sargentos, provocando que, para a mesma prestação de tempo de serviço quer as praças quer os oficiais progredissem mais na escala iniciária.

A outra grande razão e, porventura, a que mais contribuiu para as distorções, teve a ver com o condicionamento da progressão definida pelo art. 24.º (bloqueamento dos escalões). Mais uma vez e, por razões meramente economicistas, os militares não foram à partida integrados no escalão a que tinham direito, tendo em consideração os anos de perma-

nência no posto que detinham na altura da integração de acordo com a progressão definida pelo art. 15.º.

Aconteceu que, durante os dois anos em que ocorreu o bloqueamento dos escalões por força do art. 24.º, continuava-se a promover, do que, quando havia desbloqueamento, de acordo com o calendário traçado, os militares entretanto promovidos não preenchiam, no novo posto, os requisitos fixados, enquanto que, os não promovidos iam avançando nos escalões do respectivo posto, acabando por ultrapassar os seus camaradas mais antigos, situação que se agravava quando os últimos eram promovidos.

Estas, quanto a nós, as duas grandes razões geradoras das distorções e discrepâncias provocadas pela aplicação do NSR. Distorções e discrepâncias depois alimentadas pelas diferentes formas de alimentação dos quadros e pelas intercepções indicárias.

As diferentes tentativas de resolução dos problemas então criados resultaram sempre ineficazes, mesmo até geradoras de mais e novos pro-

blemas, porque nunca foram tidas em conta as verdadeiras razões, acabando por se atacar os problemas não nas causas mas naquilo que passou a alimentá-los.

## 3. Proposta de resolução intercalar

A existência de desigualdades provocadas pela aplicação do DL 80/95 de 22 de Abril, consubstanciadas no facto de ter posicionado todos os primeiros-sargentos da Armada promovidos até 1994 no 6.º escalão da escala indicária independentemente do tempo de posto e de serviço. E os promovidos posteriormente rapidamente serem empurrados para o mesmo escalão por força do n.º 1 do art. 1.º do referido diploma legislativo.

Tal situação origina que primeiros-sargentos do Exército e da Força Aérea com maior antiguidade e, em muitos casos com mais anos de serviço, auferam um vencimento inferior ao dos seus camaradas da Marinha.

A perversidade originada pelos efeitos descritos torna necessário obstar ou, no mínimo, atenuar aqueles efeitos durante um período que culmine no Sistema Retributivo.

### Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecidos pelos DL n.º 184/89 e n.º 57/90, respectivamente de 2 de Junho e de 14 de Fevereiro, e nos termos das alíneas a) e c) do n.º 1 do art. 20.º da CRP, o governo decreta o seguinte:

**Artigo único — Sempre que um primeiro-sargento dos quadros permanentes na situação de activo, aufera remuneração inferior à de sargentos com menor antiguidade ou posto é reposicionado no escalão da respectiva escala indicária correspondente ao maior valor da remuneração efectivamente percebida por sargentos com menor antiguidade.**

# Revisão do RAMME, até que enfim...

**E**is que é chegada a Revisão do RAMME, documento de fundamental importância para a orientação profissional e aptidão técnica dos militares.

Com um atraso de quatro anos, prevê-se agora a revisão do RAMME, tal como para a sua primeira elaboração, a hierarquia do Exército mantém a mesma postura

de secretismo em relação às associações militares, no que poderia ser uma hipótese de diálogo na procura das soluções mais equilibradas, tendo em conta os princípios enformadores do documento, mas tal não aconteceu. Entretanto, pelo atraso na sua revisão, já muitos camaradas foram trucidados pela aplicação do diploma ainda em vigor.

Se, por um lado, a hierarquia mantém uma política de afastamento relativamente às associações militares, nas unidades — salvo raras excepções — ao documento distribuído apenas alguns têm acesso, o qual não é posto à consideração das diferentes categorias de quadros, para que todos se sentissem empenhados e colaboradores do documento final.

Mas, como nem tudo pode ser mau (mal seria) é com algum agrado que a ANS vê contemplada nesta revisão algumas das suas propostas de anseios já anteriormente formuladas, pelo que esta Associação considera terem sido dados alguns passos no sentido de uma maior objectividade na filosofia orientadora do RAMME.

Até que enfim!!!



# Comemorações do Dia Nacional do Sargento

## Forte expressão de

**A**NS, no passado dia 1 de Fevereiro, levou a efeito, na Voz do Operário, em Lisboa, as comemorações do 31 de Janeiro de 1891.

A imagem das iniciativas realizadas em Évora, Vendas Novas, Entroncamento, Viseu, Vila Real, Chaves, Porto, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, as comemorações em Lisboa contaram com uma enorme adesão dos Sargentos, tornando-se uma expressiva demonstração de unidade, coesão e espírito de classe.

Nos últimos 21 anos, os Sargentos têm, sem interrupção, comemorado esta data, lembrando a Revolta da guarnição militar do Porto, que tinha como objectivo a implantação da República destronando o regime monárquico que então vigorava, regime que, demonstrando enorme falta de coragem e patriotismo, se tinha vergado ao ultimato decretado pelo governo britânico, na célebre crise

do "Mato Cão de Rosa". Contra todos os medos e trações de última hora, os Sargentos da guarnição militar do Porto decidiram levar por diante, tomando nas suas mãos a direcção e comando da Revolta, o resgatar da dignidade do povo português não defendida pela monarquia.

A Revolta acabou derrotada e esmagada pela força, mas deixou no horizonte o caminho da recuperação da dignidade perdida, o que veio a acontecer 19 anos mais tarde com a implantação da República.



Aspecto da sala da Voz do Operário nas comemorações do Dia Nacional do Sargento em 1 de Fevereiro de 1997

Este acto heróico, generoso e patriótico que, anualmente, os Sargentos comemoram, não de uma forma passadista, mas analisando o presente e perspectivando o futuro.

Como todos os anos acontece, os Sargentos analisaram os principais problemas sentidos pela classe, nomeadamente: o Suplemento de Residência, o pagamento das quotas para a Caixa Geral de Aposentações, o Sistema Retributivo (NSR), e foi apresentado um ante-projecto de Caderno de

Aspirações. Ante-projecto que, como é referido na sua introdução, não pretende ser um trabalho acabado, ou mesmo quase acabado, mas sim o ponto de partida para um profundo debate que proporcione concluir, com o maior consenso possível, um documento que seja o guia de acção da classe para os próximos tempos.

Destas matérias é de realçar a discussão travada em torno do Sistema Retributivo, altura em que foi apresentada a pro-

posta de resolução intercalar que a ANS entregou em 29 de Janeiro ao MDN (transcrita na íntegra na pág. 3 deste jornal).

Durante esta discussão, o vice-presidente da ANS, Álvaro Martins, fez notar que este processo só poderá sair vitorioso se a classe se munir de quatro armas fundamentais: a razão, a unidade, a serenidade e a inteligência, afirmando, de seguida, se quanto à razão, hoje, ninguém tem dúvidas, ela está totalmente do nosso lado, por isso, nada nem nin-

guém nos pode tirá-la, já quanto às restantes três armas não poderemos fazer a mesma afirmação. São armas que, até ao momento, temos sabido mantê-las bem faxinadas e operativas, mas existem alguns adversários que tudo têm feito e continuarão a fazer para as tornar inoperantes, sendo a forma mais eficaz para o conseguirem jogar na radicalização deste processo.

A terminar, A. Martins reafirmou a necessidade da classe se manter firme na defesa da sua razão, coesos, serenos e disciplinados, mas, fundamen-



## Autoridade desta, não

Não temos por hábito tecer quaisquer comentários relativamente a aspectos de ordem político-partidários. Todos os sargentos sabem disso.

Mas há casos e casos e, quando o líder do PSD diz alto e bom som, que está contra o sindicalismo nas Forças Armadas e mais um conjunto de referências do tipo e as diz no dia das comemorações do 31 de Janeiro, a coisa necessita de alguns comentários.

E para dizer que não estranhemos. Soubemos bem demais o que foram os 10 anos de PSD no Governo. As punições e ameaças aos dirigentes e activistas da ANS. A isto (às punições) chama o líder do PSD o afirmar da autoridade do Estado.

Por toda a Europa, os militares dialogam com as chefias e poder político; a ANS tem tido audiências com o actual MDN e, por proposta do sr. ministro,

a ANS apresentou uma proposta de resolução do NSR.

Alguém neste país sentiu algum tremor de terra? A autoridade foi posta em causa?

Por favor, poupem-nos. Trave as vossas lutas político-partidárias como quiserem, mas não nos misturem.

E quando alguém quiser discutir esta matéria com seriedade (marketing dispensamos) e tiver disponibilidade para nos ouvir, fica desde já a manifestação da nossa disponibilidade (carta da ANS a seguir).

Bocas e fofocas dispensamos.

A Redacção

### Carta da ANS

A Direcção da ANS enviou ao presidente do PSD a seguinte carta:

"Na sequência de notícias menos correctas veiculadas

por alguns órgãos de comunicação social, aquando das comemorações do 31 de Janeiro de 1891 levadas a cabo por esta associação, as quais mereceram público comentário por parte de V. Exa., somos de opinião, dada a sensibilidade de que se reveste esta matéria, bem como a inquestionável responsabilidade de todos nós em contribuirmos para a coesão, disciplina e eficiência das Forças Armadas, que seria útil, senão mesmo necessário, podermos conversar sobre esta matéria, sem ressentimentos, com frontalidade, verdade e lealdade, por forma a que se dissipem qualquer tipo de dúvidas sobre as nossas intenções e objectivos.

"Nesse sentido, vem a Direcção da ANS, muito respeitosa-mente, solicitar a V. Exa uma audiência."



O almoço, informal, é pretexto e lugar privilegiado de convívio — nas fotos, ac



# unidade e coesão

te em todos os momen-  
unca esquecer nem dei-  
lado a arma da inteli-  
l.  
tas comemorações fize-  
e representar, para além  
clubes de Sargentos da  
la, Exército e Aeronáuti-  
Associações congéne-  
AOFA e ASMIR — e o  
ério da Defesa Nacional.

## Um novo capítulo

comemorações reali-  
s pela ANS, atrás  
das, foi lida uma comu-  
ção da Direcção da



o pátio da Voz do Operário



Pormenor da sala da V. O. nas comemorações do Dia Nacional do Sargento em 1 de Fevereiro de 1997

Associação, que a seguir transcrevemos.

Comemoramos hoje o 106.<sup>o</sup> Aniversário da Revolta do 31 de Janeiro de 1891; comemoramos mais um aniversário da revolta dos sargentos, mas não comemoramos apenas mais um aniversário.

Quando os sargentos decidiram comemorar o 31 de Janeiro de 1891, não foi somente para recordar a efeméride, fazer discursos bonitos e sentidos, não não e não, o objectivo foi, é, e sempre será o de lutar contra o conformismo, sair da zona de conforto, apostar na transformação, contribuir para a mudança e sonhar.

A revolta de 31 de Janeiro de 1891, também denominada revolta dos sargentos, foi a primeira tentativa feita em Portugal para a implantação de um Estado de direito e democrático, baseado na soberania popular. Na revolta, quem se mostrou em primeiro plano, conjuntamente com poucos notáveis e paisanos desconhecidos, foram os sargentos e soldados anónimos, que viriam depois a sofrer consequências brutais pela sua participação no movimento. Mortos uns, exilados, presos, julgados e deportados outros, eles representaram e representam a iniciativa, a atitude consciente e interessada para com o futuro. **Eles sonharam...**

A ANS não é um sonho, mas todos nós continuamos a sonhar e os sonhos são objectivos e os objectivos alcançam-se com persistência, coragem e determinação.

Hoje também se cumpre o primeiro ano de exercício de

mandato dos actuais órgãos sociais da ANS. Neste período de 12 meses muitas e significativas foram as acções desenvolvidas das quais se destacam:

- Pela primeira vez fomos recebidos por Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República.

- Pela primeira vez fomos recebidos pelo sr. Ministro da Defesa, participámos numa reunião de trabalho e apresentámos uma proposta intercalar, tendente à resolução do problema criado no Exército e Força Aérea com a aplicação do DL 80/95 à Marinha.

- Fomos também recebidos pelo Gabinete do sr. Presidente da República, pela Comissão Parlamentar de Defesa, entre outros.

Com este ano de exercício virou-se mais uma página do associativismo militar em Portugal e nós, sargentos, sentimos orgulho por humildemente para ela contribuímos.

Com este ano abriu-se novo capítulo na relação de associações militares com o Governo e a ANS humildemente está presente. Hoje como ontem ousamos sonhar e sabem, senhores convidados e camaradas, que para os sonhadores os melhores anos ainda estão para vir!

## Associativismo militar

A Biblioteca Museu República e Resistência, da Câmara Municipal de Lisboa, também comemorou o 31 de Janeiro, com a realização de um colóquio alusivo à data, no qual participou a ANS.

O presidente da Direcção da

ANS, João Teixeira da Silva, proferiu uma intervenção da qual destacamos, a seguir, algumas passagens.

“Após o 25 de Abril de 1974, os sargentos elegeram o 31 de Janeiro como o seu dia, como o dia do ano em que uma classe, ora categoria, se reunia em torno de um objectivo comum, **a dignificação.**”

Até aos dias de hoje foi percorrido um caminho mais ou menos difícil. Com maiores ou menores apoios, com maior ou menor competência mas sempre com um objectivo definido, contribuir para a dignificação dos sargentos.

Tivemos uma comissão pró-estatuto, uma comissão nacional, criaram-se clubes e finalmente apostámos no associativismo militar, quando em 1989 fundámos a Associação Nacional de Sargentos (ANS).

A coesão de um dado agrupamento é algo de complexo. A mera existência de uma unidade profissional não implica necessariamente que seja coesa. Para que haja coesão é necessária a infusão de um permanente estado anímico que conduza os seus elementos activos a uma vivência íntima com os objectivos daquela unidade. Esta constatação genérica ainda mais vigorosa se torna tratando-se de organismos vinculadamente hierarquizados como as FFAA onde, se a ordem são para se cumprir sem discussão, não é menos certo que só um profundo sentimento de ligação entre os militares (pessoas) e a finalidade do organismo é que pode dar consistência à realização prática da razão de ser da

organização militar. Dito por outras palavras, o fim último de uma dada organização só se alcança validamente quando os seus elementos activos se sentem dentro dela de corpo e alma e não apenas de corpo. Para que tal aconteça, torna-se mister que estes elementos activos tenham a noção do seu estatuto através da apreciação crítica da forma e condições de trabalho e da vivência social e profissional. Se assim não for, corre-se o risco de choques e permanentes atritos no modo de abordagem e resolução de problemas e anseios — o funcional — põem-se em perigo a própria coesão da instituição. A coesão não se impõe; tem de ser sentida e vivida. Esta realidade sociológica até hoje não foi desmentida.

Eis aqui a verdadeira essência e a razão de ser de uma associação representativa.

O associativismo representativo é estado elevado de consciencialização gregária em sede profissional, constituindo uma das componentes mais destacadas da democracia substancial, pela via do diálogo activo que exige. Não basta cantar hossanas à democracia; a democracia só tem sentido enquanto praticada.

O associativismo representativo configura-se como um direito, garantido constitucionalmente numa democracia. Nada há, por isso, a recar do associativismo militar. A sua não aceitação é apenas um vestígio de preconceitos e mentalidades anquilosadas, de um certo medo pelo diálogo ou o reflexo de militarismo que, porventura, ainda persiste em certos sectores das FFAA. Mal vai a democracia que nega aos militares o envolvimento e a prática dos direitos democráticos.

Na actual fase de esforços pelo associativismo representativo de âmbito militar, está praticamente tudo dito quanto à sua legitimidade e conformidade constitucional em Portugal. Bastaria, por isso, caso necessário, fazer um único dossier dos diversos trabalhos apresentados ao longo dos últimos anos e apresentá-lo a quem de direito, em jeito de memorização, para que, de uma vez por todas, sem hesitações, se consagre legalmente este direito constitucional aos militares portugueses. Estes, por actos já revelados há muito, conquistaram o direito de serem cidadãos de corpo inteiro, não apenas como os demais concidadãos, mas também como os seus pares na Europa.”



## Euromil realizou seminário sobre Convenção Segurança do pessoal das NU

A EUROMIL realizou um seminário sobre a "Convenção de Segurança do Pessoal das Nações Unidas e seus Associados", no âmbito das Missões de Manutenção da Paz (MMP) levadas a efeito pelas NU.

Este seminário, que decorreu em Budapeste, capital da Hungria, nos dias 25 a 28 de Janeiro, e no qual participou uma delegação da ANS, teve como primeiro objectivo sensibilizar as associações de militares filiadas na Euromil de modo a que esta sensibilização pudesse vir a ser transmitida aos respectivos governos e parlamentos, de modo a que estes ratifiquem esta Con-



venção no mais curto espaço de tempo, com vista a que o total de países ratificantes atinja, pelo menos, o mínimo de 22, conferindo assim ao documento força legal para que se possa tornar lei de carácter internacional.

No decorrer do seminário foram analisadas as questões

que se levantam com as Missões de Manutenção da Paz, os aspectos legais e o vazio legislativo (por exemplo, a Convenção de Genebra, de 1949, não prevê punições criminais para ataques às forças de Manutenção da Paz).

A ANS apela aos órgãos competentes para que tomem medidas urgentes para uma rápida ratificação por parte de Portugal da presente Convenção.

Saliente-se que Portugal fez e faz parte de algumas MMP, pelo que se justifica a urgência desta ratificação, para salvaguarda do pessoal envolvido.

## Revisão constitucional

Nas últimas semanas, uma das questões mais faladas no nosso país, e que, decerto, vai continuar a ser debatida, foi a revisão constitucional, face ao polémico acordo assinado entre o PS e o PSD.

A Constituição da República é a Lei Fundamental do país, que consagra os Direitos, a organização política e económica de Portugal, como se sabe. Das diferentes opiniões e interesses políticos e económicos. Nos assuntos que, a nós, militares, em particular, nos interessa, (embora, em geral, como cidadãos, tudo nos interesse), constante do acordo assinado pelo PS e PSD, destacamos os seguintes pontos:

— Alteração ao estatuto constitucional da Assembleia da República quanto a "explicitação do direito a acompanhar o envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro".

— No capítulo da Justiça, "serão extintos os tribunais militares em tempo de paz, com preservação da intervenção de juízes militares nos tribunais de qualquer instância que julguem crimes com natureza essencialmente militar".

— "Em matéria de Defesa Nacional, deverá consagrar-se a expressa previsão de que incumbe às Forças Armadas satisfazer os compromissos internacionais do Estado português, no âmbito militar, e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.

"De igual modo será explicitado que as Forças Armadas



podem ser incumbidas de colaborar em missões de protecção civil e tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, bem como em acções de cooperação técnico-militar, no âmbito da política nacional de cooperação.

"Os dois partidos concordam na desconstitucionalização da obrigatoriedade de prestação de serviço militar, passando a lei a regular a sua forma, a natureza voluntária ou obrigatória, a duração e o conteúdo da respectiva prestação."

Como se constata, a ser levado à prática este acordo, ficam em aberto algumas importantes questões, designadamente, quanto à regulamentação de quem decide e como se "satisfazem os compromissos internacionais", e se "participa em missões humanitárias e de paz". Também, de como e quem decide sobre participação em "missões de

protecção civil", para além do facto de não ficar explicita a natureza e âmbito das referidas missões (o que hoje é entendido por "protecção civil", amanhã pode ser alterado pelo poder político em face das suas conveniências de momento...).

Outra questão, é a proposta de a obrigatoriedade do serviço militar (SMO) deixar de, como tal, figurar na Constituição, sendo esta questão remetida para Lei própria.

Estas questões, como muitas outras, aliás, são merecedoras de um debate nacional, que empenhem todos os cidadãos, em geral, e os militares em particular. Não podem, em nosso entender, ficar pela negociação fechada em gabinetes de partidos, em total divórcio do país.

Fazemos votos para que estas questões sejam, em tempo útil, discutidas em profundidade pelos deputados quando a revisão constitucional subir a plenário na Assembleia da República.

A Redacção

## Clube do Sargento da Armada criou círculo cultural

Nasceu no Clube do Sargento da Armada o Círculo Cultural, fruto da iniciativa de alguns sócios e actuais membros dos Corpos Sociais.

Os objectivos deste Círculo são os seguintes:

▲ Promover a divulgação (e a venda) de uma obra de literatura em cada bimestre (atenção que estes bimestres podem ser grandes ou curtos).

▲ Promover um ciclo de palestras recorrendo aos nossos associados que frequentaram ou frequentam cursos superiores.

▲ Suscitar um debate entre os associados sobre a imagem do Sargento na actualidade e no modo de conseguir a sua promoção no futuro.

▲ Organizar idas colectivas ao teatro, cinema e outros eventos culturais que ocorram nas cidades de Lisboa e Almada, seguidas de um colóquio sobre o evento no nosso clube (sempre que possível).

▲ Contactar Editoras para viabilizar a 1ª Feira do Livro no CSA.

▲ Contactar os vereadores da Cultura das Câmaras Municipais de Lisboa e Almada e as Juntas das Freguesias onde o CSA está implantado, bem como a Fundação Callouste Gulbenkian e demais instituições da área cultural, no sentido da nossa massa associativa poder usufruir das iniciativas culturais destas cidades e, sempre que possível, a cidade poder beneficiar das iniciativas do Clube.

Os promotores deste Círculo convidam os sócios a promover outras iniciativas que gostariam de ver realizadas e não estão contempladas nestes objectivos.

Salientam, ainda, o facto da composição deste Círculo não ser fixa e estar sempre aberto a associados e iniciativas.

E lançam o apelo: Contamos contigo!

### NOTA DA REDACÇÃO

Por motivo de total falta de espaço, não é possível nesta edição publicar a totalidade da colaboração que nos foi enviada.

Pelo facto pedimos desculpa aos seus autores, ficando o nosso compromisso e publicar os textos na próxima edição.

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



#### CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 91, 1.º Esq., 1900 Lisboa, no dia 2 de Abril do corrente ano, pelas 19.00 horas, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 1996.
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 1997.
3. Assuntos de interesse colectivo.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco desde já a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória no mesmo local e dia, pelas 20.00 horas, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com o número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1997

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
**Fernando Freire**

## ALOJAMENTO PARTICULAR DE ELVIRA VAZ PARA FÉRIAS OU FINS DE SEMANA

*A dois passos das Termas da Felgueira, Alcafache e São Gemil, a 20 Km da Serra da Estrela e de Viseu*

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DA ANS

Contacte-nos pelos telefones:  
(032) 949211 ou (01) 7787736, ou pelo Fax (032) 949777  
Rua D. Afonso Henriques, 84-86 3520 NELAS





# Preocupações de Robinson Crusoe depois do fim da história

Óscar Mascarenhas \*

**T**enho em casa um pedaço ínfimo e colorido do Muro de Berlim. É uma lasca de betão e areia grossa com marcas de uma pintura mural. Guardo-o como uma relíquia, numa boceta de vidro martelado. Os mil reflexos que de lá pirilampejam sopram vida àquele amorfo. Num esbracejar de luzinhas de muitas cores, chega-me uma mensagem num morse que só eu decifro: "Remember Fukuyama".

"Remember Fukuyama". Quer dizer: "Desconfia das aparências". As pedras que Francis Fukuyama viu ruir em Berlim fizeram-no, cheio de de competitividade, inscrever-se em primeiro lugar no registo de profetas que tresleram Hegel. Ruiu o Muro, venceu a democracia representativa — logo, é o Fim da História. O que nos deixa a todos, perante as gerações vindouras, na estranha condição de não podermos ser gente que "já passou à história", pela simples razão de que a história já tinha fechado antes de lá entrarmos. Como no "Incidente em Antares", de Erico Veríssimo, estaríamos condenados a vaguear como fantasmas, sem termos um lugar onde nos arrecadar em cinzas...

É verdade saudável que a democracia representativa deu um enorme passo em frente, a bem da Humanidade. Os algoritmos são claros, como evidencia, na sua última edição, a revista *New Perspectives Quarterly*: em pouco mais de uma década, o número de países com sistema democrático passou de 58 para 117. Tanto melhor para todos! Mas, como num ovo de serpente, vemos mexer-se lá dentro uma ameaça cifrada: seis, quatro, dois, quatro, cinco, oito, um. Seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um. É o número de pessoas que precisam de juntar-se nos dois quintos inferiores do rendimento do Globo, para terem tanto como a média individual dos 358 homens mais ricos do mundo. É isso: um homem, um voto — mas, quanto a estômagos, a proporção chega a ser: uma barriga — seis milhões quatrocentas e vinte e quatro mil, quinhentas e oitenta bocas. Se é este o fim da história, devolvam-me já o dinheiro do bilhete, porque fui enganado: quando vim para o mundo, ninguém me disse que, fizesse o que eu fizesse, a história acabava tão mal!

"Fukuyama, remember", digo eu: não é o fim da história. É apenas o fim de capítulo de um excitante folhetim: o próximo fascículo ainda está na tipografia do nosso destino comum. Ele pode aparecer com aventuras de fraternidade arrebatada e empolgante cooperação, de entendimento planetário ou, pelo menos, entre grupos mais significativos e interventivos. Mas pode chegar carregado de episódios negros de fragmentação e destruição, de obstinado retorno à barbárie.

Há dias, um investigador belga começou assim um discurso para jornalistas e juristas portugueses: "Eu, que venho de um país que está muito perto de deixar de existir...". Fiquei a pensar: hutus e tutsis há-os, afinal, por toda a parte — não são étnias, são estados de alma. Pode ser-se hutu bósni ou tutsi checheno, tutsi flamengo ou hutu padano, com certeza com mais culpas e irresponsabilidades dos que nasceram na condição de hutus e tutsis africanos.

Estamos, afinal, tão perto de um amanhã que canta como de um ontem que zurra. Para ser realista, devemos estar mais perto de ontem do que de amanhã.

Porque nos vemos na encruzilhada, convirá que estejamos preparados para as duas hipóteses: devemos marchar decididamente para a solidariedade internacional, para o esbatimento das fronteiras artificiais, agressivas e internacionais — mas também convém estarmos prontos para o caso de tudo correr mal. Aquele pára-quedista dizia que, se falhassem o pára-quedas dorsal e o pára-quedas ventral, sempre se podia ir ao armazém buscar outro. Descobriu tarde demais que estava enganado. A Europa em que estamos é promissora, mas vive contorcidamente as dores da transfiguração: está num ponto em que tudo é reversível, muito penosa mas claramente reversível. Os conflitos regionais podem acelerar-se em espiral e, nessa ocasião, todos os laços de interdependência se quebrarão e sobreviverá quem manteve em boa verificação o pára-quedas de recurso, isto é, as capacidades nacionais.

Como tenho medo de estarmos mais perto de ontem do que de amanhã, lembrei-me de reduzir a hipótese pessimista a um

quadro comparativo muito simples: não encontrei nada de melhor do que o exemplo de Robinson Crusoe. Também para ele tinha ocorrido uma espécie de fim da história, o fim das solidariedades, o isolamento, a luta pela sobrevivência. Não vou contar-vos de novo uma história só aparentemente para jovens. Proponho-vos apenas um breve despertar da memória juvenil: quais foram as principais preocupações de Robinson, na ilha?

Dos restos encalhados do navio em que naufragou, Robinson foi buscar o essencial para sobreviver. E que escolheu ele? Basicamente as ferramentas — e os arcabuzes de carregar pela boca. Robinson era, por junto, uma sociedade democrática: sendo ele todo o povo na ilha, a ele outorgou todo o poder. Por unanimidade, portanto, decidiu que a sua sobrevivência passava por três coisas:

- assegurar uma agricultura mínima e uma indústria rudimentar, aprendendo, sem mestre, os ofícios de olaria, carpintaria, moagem e panificação, entre outros;

- garantir a autodefesa, mantendo em estado operacional as suas armas limpando-as e verificando-as com regularidade; e,

- manter sempre actualizado um calendário e um diário.

A agricultura e a indústria rudimentar era a sobrevivência activa; o armamento, a sobrevivência defensiva; e o calendário e o diário constituíam aquilo a que eu chamaria inteligência cósmica de relação, ou seja, o reafirmar-se como um ser humano com história interligado ao mundo dos humanos, mesmo que não visse mais humanos no seu horizonte. O paralelo deste exemplo é fácil de fazer. Se houver um naufrágio, isto é, uma ruptura dos laços de solidariedade na construção de uma sociedade internacional avançada, só se salvará quem tenha garantido estas três coisas:

- um sector primário e secundário básico que assegurem, por tempo aceitável, a auto-suficiência do colectivo, até que se superem as causas do conflito ou se reordene a sociedade para uma longa caminhada na crise;

- uma estrutura de Forças Armadas que dissuada, na medida do possível, aventuras expansionistas, imperialistas ou hegemonistas;

- uma inteligência cósmica de relação que se chama universidade, onde seja possível, com grande elasticidade, reverter os saberes teóricos em instrumentos de transformação das realidades inesperadas e imprevisíveis.

Por isso, preocupa-me que nos entreguemos tão amorosamente nos braços da PAC e de outros convénios paralisantes de indústrias básicas: é que um dia posso acordar asfixiado, a descobrir demasiado tarde que tão roliços e suaves braços se transformaram em tentáculos com artes de abraçar aprendidos com jibóias. Ao mais pequeno esboço de conflito — e os conflitos, repito-o, só os tontos os garantem dissipados do horizonte — a primeira ruptura será nos circuitos de abastecimento. É nenhuma Europa nos virá, então, trazer o pequeno-almoço à cama...

Por isso, inquieta-me que não se invista claramente em universidades de dimensão nacional e se esteja cada vez mais a apostar em micro-escolas ao pé da porta, onde vai diminuindo, por definição, o intercâmbio de vivências e aprendizagens da universidade: ponto de encontro das elites.

Por isso, espanta-me a ligeireza com que se resume todo o debate sobre as Forças Armadas ao micro-ecrã de uma calculadora de bolso. Peço de novo ajuda a Robinson Crusoe: ele pode explicar, em linguagem

prática, que a Defesa Nacional não são só as Forças Armadas e não se pode debater o tema das Forças Armadas sem discutir-se a Defesa Nacional, categoria suprema da confluência de saberes aplicáveis de um corpo social.

(Já propus mesmo para a Defesa Nacional um estatuto de disciplina superior da Filosofia, com um título sonoro de Crítica da Razão Sobrevivente para ver se, assim, lhe começam a atribuir importância).

A Defesa Nacional é um designio supremo da autodeterminação de um povo que sabe identificar-se no meio de outros povos, sem perder a autenticidade pelo facto de ser aberto, solidário e descomplexado no seu relacionamento. Como designio que é, convém que seja partilhado por todos os membros da sociedade. E é aí que as Forças Armadas preenchem esse espaço de partilha colectiva, de sociabilização, de ponto de encontro, de enraizamento e permanente renovação da seiva vital. Os sectores produtivos básicos de auto-suficiência são Defesa Nacional (pois é: Defesa Nacional!), mas não podem ser partilhados, naturalmente, por todos. As universidades são Defesa Nacional (isso mesmo: Defesa Nacional!), mas já seria bom que as elites as usufruíssem em partilha. Sobram, pois, destas áreas estratégicas, as Forças Armadas. Decorreria daqui, naturalmente, a evidente necessidade de se manter o Serviço Militar Obrigatório — ainda mais indispensável como cimento de unidade nacional num momento em que se aposta saudavelmente na regionalização. Mas que podem os argumentos da razão contra uma calculadora de bolso — importada, claro está?

Portanto, meus senhores, estamos conversados: se as coisas derem para o torto no nosso relacionamento internacional, o pára-quedas da Defesa Nacional está no armazém. Só é pena é que estejamos todos no ar, à velocidade prevista para a queda dos graves. Caem os graves — por decisão de levianos.

Resta-nos esperar que tudo corra bem — e correrá, por certo, por duas razões:

- primeiro, porque é bom e positivo que plantemos e colhemos os frutos do progresso e de uma ordem internacional baseada na fraternidade e cooperação;

- mas também porque, não tendo preparado as alternativas de recuo, a solução será ceder, ceder sempre para que não seja por este lado de cá, fraco como se vê, que se parta a corda. Talvez o nosso engenho imaginativo e improvisador nos dê para reinventar, no momento agudo, o *bluff* da Deuladeu Martins — mas, sinceramente, não estou muito seguro disso, até porque temo que cada vez menos de nós saibamos quem foi essa Deuladeu Martins...

Neste quadro de uma Europa em construção e em busca de uma autonomia de decisão e intervenção internacional consegue pressentir-se uma certa unanimidade de discurso político: todos aceitam a noção de umas Forças Armadas modernas e eficientes. Se perguntarmos o que querem dizer com isso, aí já corremos o risco de estar a colocar perguntas indelicadas. E as respostas podem variar entre um pelotão bem ataviado com um ou, vá lá!, dois jipes reluzentes, até à suprema concessão de uma esquadrilha, se possível a jacto, com radar e tudo — ah!, e uma fragata! acho que é por causa da nossa vocação marinha ou cacilheira, nem sei bem.

Mas pronto!, fica-se por aqui: dá-se uma mirada ao Orçamento, vê-se se sobra um tanto para supérfluos — a tropa é sempre um supérfluo em tempo de paz e, na guerra, fadada para serem uns poucos que fazem muito por muitos, toma lá a medalha e a pensão e tá a andar... — e o tesoureiro

da Fazenda chora e mordia cada dobrão que sangra para os militares!

Como explicar à avareza miope que as Forças Armadas não são uma despesa, são um investimento — especialmente em tempo de paz? Robinson Crusoe, ajuda-nos nisto! Diz-lhes como guardavas parte do teu tempo para cuidar dos arcabuzes. Fala-lhes do investimento em tempo, que eles já ouviram dizer que *time is money*, talvez por aí lá cheguem... Ou tragam-me um persuasivo corretor para lhes explicar que só quando acontece a desgraça é que se percebe que, afinal, o seguro de vida não foi deitar dinheiro à rua — e até nem saiu caro, feitas as contas!

O futuro das Forças Armadas — portuguesas e europeias, que os disparates que por cá se cometam hão-de basicamente estar respaldados na preguiça de pensar por cabeça própria e, maria-vai-com-as-outras, o que importa é copiar — esse futuro depende apenas de qual a ideia que quem decide tem da instituição militar: um mal necessário ou uma utilidade inquestionável? Lamento informar os militares presentes, mas a primeira hipótese é o que está a dar. Só por delicadeza — e alguma réstia de cautela — é que ainda não vieram dizer-vos que os senhores estão a mais.

Se eles percebessem a utilidade essencial das Forças Armadas, nem pestanejariam na decisão de fazer passar pelas fileiras o maior número de cidadãos, para que recebessem, da instituição militar, um sopro de designio nacional que as restantes instâncias democráticas se têm sistematicamente demitido de produzir. Se compreendessem a imprescindibilidade fundamental das Forças Armadas não lhes ocorreria falar em modernização e eficiência sem dar à instituição meios de escolha dos melhores e mais aptos, sem ficar restrita aos que pelas mais diversas razões batem à porta do quartel em busca de um santuário contra o desemprego. Se entendessem a essência social das Forças Armadas rejeitariam as visões tecnocráticas em que a modernização se resume a melhor armamento, mais treino e para que a tropa se cale, um reforço no soldo e nas regalias. Se não projectassem para as Forças Armadas a sua própria personalidade talvez captassem a noção básica de que a reivindicação material dos responsáveis militares não é para suavizar a tarefa com mimos e confeitos, porque não há prontidão que se consiga sem um estudado intervalo entre o que se precisa e o que se recebe, para aguçar a inventiva e o *desenrasca*, porque a guerra não é um jogo de badminton onde se muda de volante sempre que uma pena se torce.

Se o horizonte visual deles desse para tanto, conseguiriam lançar um olhar sobre a história e concluiriam que, por mais fardada e cardada que pareça, a instituição militar é uma estrutura pensante, de um pensamento profundo e renovador, questionando permanentemente a sociedade de um ângulo de visão privilegiado, porque em permanente comparação com os potenciais adversários: bastar-lhes-ia ler George Orwell, que até era um pouco anarquista!

Um pouco mais de respeito sincero pela instituição militar, sem concessões ao populismo fácil e ao possidonismo orçamentário seria um passo decisivo para clarear o futuro das Forças Armadas. As Forças Armadas não são, definitivamente, um mal necessário. Elas são necessárias para evitar o mal de aparecer por aí alguém que resolva dar por finda a nossa história.

O mal maior e mais triste de tudo isto é que, no fim dessoutra história escrita por Daniel Defoe, quando Robinson regressa à ilha, acaba por perder o seu fiel amigo, Sexta-Feira, num confronto armado com os nativos da ilha vizinha. As armas não tinham sido suficientes para preservar a vida de quem as possuía. E cumpriram a pior das suas missões: matar. Mas há-de ser neste paradoxo irrecusável de garantir a vida e ceifá-la que havemos de nos aconchegar, na companhia das Forças Armadas. Até ao verdadeiro fim da história, aquele que, a acontecer, não será anunciado. E já que temos de fazer juntos — nós e as Forças Armadas — esta longa viagem, porque conhecemo-nos um pouco melhor e estabelecermos um princípio de uma boa sólida amizade?

\* Jornalista do D.N.. Intervenção no debate "Forças Armadas — Que Futuro?", promovido pela AOFA, em 16/1/97



## Protesto em Bruxelas

Cerca de 7.000 militares belgas desfilaram pacificamente em Bruxelas, aderindo ao apelo da Intersindical militar das Centrais socialista (CGSP), liberal (SLF P) e cristã (CCSP) da Função Pública, reclamando a diminuição das horas de trabalho e protestando contra o encerramento de quartéis e contra as reduções de efectivos.

"Recusamos os despedimentos e queremos beneficiar da semana de quatro dias como (acontece) nos outros sectores da Função

Pública", disse Pascal Gautier, responsável da CGSP-militares, à agência France Press.

A reestruturação do exército, segundo o ministro da Defesa, Pol Poucelet, visa adaptar as Forças Armadas à sua "tarefa real" e complementar o Plano lançado pelo seu antecessor, após a supressão, em 1993, do recrutamento obrigatório.

A "tarefa real" dos cerca de 50.000 militares belgas passa, cada vez mais, por operações de grande risco em missões no estrangeiro.



## Infantaria 13 sem recrutas

O Regimento de Infantaria nº 13, na cidade de Vila Real, não vai admitir recrutas este ano.

Tal situação provocou uma guerra local entre o PS e o PSD, com acusações mútuas. Enquanto o PS responsabilizava o presidente da Câmara, PSD, pela não admissão de recrutas, este criticou "este Governo, que dialoga tanto e não contactou ninguém da autarquia sobre esta reestruturação", referindo-se ao facto de a não incorporação de recrutas no Infantaria 13 resultar da "reestruturação que está a ser realizada pelo Ministério da Defesa", na sequência da diminuição do número de efectivos militares.

No entender da comissão local do PS, os presidentes das Câmaras de Chaves e Viseu "acompanharam, a par e passo, as decisões que iam sendo tomadas", o que justificaria o facto de os regimentos daquelas cidades terem recebido recrutas.

Ao que o presidente da Câmara de Vila Real retorquiu questionando: "Quem me garante que os presidentes das Câmaras de Chaves e Viseu trataram realmente do assunto ou que apenas lhes saiu a sorte grande?" E confessou-se "pouco optimista" quanto à manutenção do Regimento na cidade.

"Sorte grande!" É assim que, nas cidades do interior, se comenta a manutenção dos quartéis! Ou seja, a existência da tropa é assim tão importante para as economias locais? E, porquê?

Eis um assunto que merece melhor atenção.

## Navios

Foi aumentado ao efectivo dos navios da Armada a unidade naval do tipo navio hidrográfico, identificada por NRP D. Carlos I. Desejamos-lhe longa e profícua carreira.

## António Vitorino visitou Tunísia

O ministro da Defesa, António Vitorino, visitou a Tunísia, país do norte de África, onde teve conversações com o seu homólogo, sobre a criação da Euroforça, com o ministro português a ser porta-voz das posições europeias sobre esta força, destinada a operar no Mediterrâneo em missões humanitárias e de paz.

## Sociologia militar

O Instituto de Defesa Nacional (IDN) vai criar um Observatório Sociológico das Forças Armadas, ligado à produção do chamado pensamento estratégico em matéria de Segurança e Defesa.

Esta decisão, aprovada pelo MDN, consta de um documento onde são definidas as grandes orientações gerais do Instituto para os próximos dois anos. O IDN, além do referido Observatório, que vai funcionar em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais, vai promover uma política de investigação com diversas Universidades nas áreas da Segurança e Defesa.

## Dados pessoais informatizados



O "uso da informática deve processar-se de forma transparente e no estrito respeito pela reserva da vida privada e familiar e pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais do cidadão" — é o princípio geral da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados (CNPDPPI).

Esta Comissão, criada em 1991, mas que só começou a sua actividade três anos depois, tem competências para dar pareceres sobre a constituição, alteração ou manutenção, por serviços públicos, de bases de dados e ficheiros automatizados.

Cabe-lhe apreciar queixas ou petições de particulares ou denunciar ao Ministério Público o tratamento automatizado de dados pessoais referentes a "convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa ou vida privada" ou "origem étnica, condenações em processo criminal, suspeitas de actividades ilícitas, estado de saúde e situação patrimonial e financeira". Dados que, segundo a lei, só podem ser detidos para investigação ou estatística ou com autorização dos particulares, entre outras condições.

## Escândalo belga na compra de armas

O Governo belga, apesar de envolvido num escândalo político, não se demitirá para não criar uma crise junto dos mercados financeiros e comprometer a adesão à UEM (moeda única). Na origem deste escândalo está a acusação feita ao partido socialista, que integra a coligação governamental, de ter recebido cerca de 200 mil contos da construtora francesa Dassault, que pretendia ganhar um concurso de compra de armas. Apetece perguntar: Subornos só na Bélgica?

## O alargamento da OTAN

Na edição de 4/3/97 do Jornal de Notícias (Porto), na secção de Opinião, publica-se um artigo do **brigadeiro Lemos Pires**, com o título que encima esta local. Correndo o risco de não transmitirmos a total ideia do autor, vamos transcrever, a seguir, algumas passagens do referido artigo.

"(...) Trata-se, afinal, de um alargamento polémico, já apelidado de "irreversível", "inevitável", mas também de "desnecessário", "inaceitável", "via errada" ou "pressionante", etc., em acordo com o ponto de vista da origem.

"Mas como os americanos, pela voz da sua secretária Madeleine Albright, já definiram o alargamento como irreversível, é entendimento geral, mesmo dos russos, que tal vai acontecer, apesar de se levantarem sérias dúvidas sobre as vantagens, oportunidade e necessidade desta política, tendo em conta os objectivos que se anunciam e



para os quais poderia haver outras alternativas talvez mais viáveis e consentâneas.

"(...) Ora, não nos parece que este processo de alargamento se insira naturalmente neste contexto de concertação (...).

"Os EUA (...) agora se preparam para ocupar, em nome da OTAN, o espaço estratégico que ficou vazio com o fim do PV (Pacto de Varsóvia).

"Assim, (...) entendemos que o próximo alargamento não se pode considerar nem necessário nem oportuno e ainda menos urgente.

"(...) Parece, assim, que estamos perante um processo que em vez de fomentar estabilidade a pode comprometer e é decidido e comandado, com arrogância e ambição pelos americanos, que não são europeus e tratam os russos como se não o fossem, e ultrapassam os aliados, que, uma vez mais, não tiveram suficientes coesão, imaginação e voz. Portugal, que, neste contexto, com as outras pequenas potências se limitou a aceitar o exercício do poder real, vai sentir-se mais periférico, menos importante, ficando obrigado, em nome da defesa colectiva, a defender vontades e interesses cada vez mais estranhos e distantes.

"Talvez (...) os europeus estejam a desperdiçar uma ocasião única, na sua história recente, para discutir e conseguir uma matriz de segurança na Europa (...).

## Aplicação do Estatuto do trabalhador-estudante no Exército

Pelo despacho nº 263/96 do CEME, foram aprovadas as normas regulamentadoras de aplicação do estatuto do trabalhador-estudante nas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército. Não dispensando uma leitura do mesmo, apenas vamos salientar alguns pontos.

Assim, as U/E/O podem considerar horários de trabalho específicos para os militares-estudantes, com flexibilidade ajustável à frequência das aulas e à inerente deslocação para os respectivos estabelecimentos de ensino. Quando não seja possível a aplicação (deste) regime, poderá ser dispensado até 6 horas semanais, sem perda de retribuição ou de qualquer outra regalia, se assim o exigir o respectivo horário escolar.

O militar-estudante deve apresentar o respectivo horário escolar e comprovar o aproveitamento escolar, em cada ano, em pelo menos metade das disciplinas em que estiver matriculado.

## Papa associa a falta de trabalho à marginalidade

O Papa João Paulo II considerou, durante uma visita que efectuou a uma igreja das redondezas pobres de Roma, em 9 de Março, que a falta de trabalho pode induzir os jovens à droga e à criminalidade. "Os jovens, tão ricos em potencialidade e dons, que se encontram sem trabalho, sem formação, sem o calor familiar, tornam-se alvo da solidão (...) e acabam nas malhas da droga, da criminalidade", sublinhou o Papa.

## ONG pela prevenção dos conflitos

As organizações não governamentais (ONG), com actividades em diversas áreas de conflito no mundo, em conferência realizada recentemente em Amesterdão, consideram que a versão revista do Tratado de Maastricht deverá incluir mecanismos específicos para a prevenção de crises, como forma de promover activamente a estabilidade internacional.

A referência à revisão do Tratado de Maastricht aponta, ainda, para que a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) também passe a dispor de uma capacidade preventiva.